

Maria Raquel Freire
Coordenação

Política Externa

As Relações Internacionais em Mudança



• COIMBRA 2011

CAPÍTULO 7

FRANÇA

Introdução

A França atingiu o estatuto de potência média depois da Segunda Guerra Mundial (Bozo, 1997: 3), estatuto que parece ter criado algum embaraço junto dos Franceses para situar a França no mundo actual, como referiu o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros Hubert Védrine: «Observai as nossas contorções quanto às noções de ‘grande potência’ ou de ‘potência média’. Para mim, a França é, logo atrás dos Estados Unidos, uma das seis potências de influência mundiais» (Védrine, 1998: 2).

A saída da Segunda Guerra Mundial originou, sem dúvida, grandes mudanças nas linhas adoptadas pela França na condução da sua política externa sem, contudo, pôr em causa a sua história cuja interpretação gerou a ambição de desempenhar um papel mundial. O peso da história é, de facto, decisivo na compreensão da política externa da França e, como refere o historiador Bertrand Gallet, é difícil poder falar-se de doutrina da política externa forjada por políticos e ensinada a diplomatas, é mais correcto falar-se em herança, atitudes, comportamentos e leis não escritas

¹ A autora agradece o financiamento do seu projecto de doutoramento, no qual a temática deste capítulo se insere parcialmente, pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do QREN - POPH - Tipologia 4.1 - Formação Avançada, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES.

(Gallet, 1996: 86). Nesse contexto, os objectivos diplomáticos promovidos pela França fundam-se numa análise do «lugar da França no mundo» e do balanço das forças presentes e podem resumir-se à busca de um estatuto de grande potência e a garantia dos seus interesses nacionais e à necessidade de preservar valores fundamentais como a sua independência nacional e a defesa do seu território (Kessler, 1999: 143-144). Estes preceitos gaullistas irão manter-se na política francesa.

O contexto internacional do fim da Segunda Guerra Mundial constitui a base para o contexto do fim da Quarta República e criação da Quinta República pelo General de Gaulle, pois esta fixou o quadro institucional actualmente em vigor em França. Da mesma forma, veremos quais são as relações entre a França e as regiões que marcam o seu passado colonial, o Mediterrâneo e a África negra francófona, mas também com a República Federal Alemã (RFA – e depois a Alemanha reunificada) no quadro da integração europeia, com os Estados Unidos da América (EUA) e com a União Soviética (URSS)/Rússia.

Num segundo tempo, num contexto pós-bipolar, focalizaremos brevemente a nossa atenção, sobre a acção de François Mitterrand e, atentaremos com mais pormenor, sobre a política externa dos Presidentes Chirac e Sarkozy, considerando os instrumentos e recursos disponíveis à luz do novo contexto internacional² e, finalmente, concluiremos a nossa reflexão.

A passagem da Quarta para a Quinta República: a busca de um estatuto para a França

Logo a seguir ao armistício da Segunda Guerra Mundial, o General De Gaulle esteve a dirigir o Governo provisório francês da República (Agosto 1944-Janeiro 1946) com a ambição de restabelecer o estatuto internacional

² A autora teve de fazer escolhas quanto às regiões/países e presidentes tratados neste capítulo devido à limitação de espaço. Desta forma, os mandatos dos presidentes Pompidou e Giscard d'Estaing (período entre 1969 e 1981) não foram abordados; com base na bibliografia generalista sobre a política externa francesa, e com uma preocupação de comparabilidade entre os presidentes, a autora seguiu a selecção das regiões e temas mais utilizados, com destaque para Dalloz (2004), Gallet (1996), De La Gorce & Moschetto (1996) e Bozo (1997).

da França junto dos três grandes vencedores da Guerra, os EUA, o Reino Unido e a URSS e afirmar a independência do Estado (Bozo, 1997: 6). Apesar de um sucesso parcial através do reconhecimento por aqueles Estados, a França é excluída das conferências que marcaram o pós-guerra, Yalta e Postdam, e De Gaulle demitiu-se em Janeiro de 1946 (Bozo, 1997: 7). No entanto, mesmo depois da ausência provisória do General De Gaulle, a França procurou, por um lado, desenvolver uma acção independente tentando manter um certo equilíbrio entre as duas potências que emergiram no fim da guerra e, por outro, manter o seu império colonial (Daloz, 2004: 32). Contudo, desde o início da IV República, estes dois objectivos ficaram comprometidos com o início da Guerra Fria e a onda de descolonização dos ex-territórios franceses (Daloz, 2004: 32).

Após a adopção de uma nova Constituição em Outubro de 1946 e a eleição do primeiro Presidente da Quarta República, Vincent Auriol em Janeiro de 1947, o General De Gaulle³ decidiu criar o partido *Rassemblement du Peuple Français* (RPF) em Abril de 1947 como instrumento para regressar ao poder (Daloz, 2004: 35). A fragilidade que caracterizou a Quarta República (1947-1958) impediu a França de desenvolver uma política independente, pois o Estado sofria de uma instabilidade ministerial crónica causada pelo sistema de escrutínio proporcional que impedia que um partido tivesse a maioria na Assembleia e, institucionalmente, estabeleceu um processo de decisão difuso em matéria de política externa.⁴

Perante essa paralisia institucional, a diplomacia francesa alinou-se com a dos EUA, inclusive com a adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), cuja ajuda financeira através do Plano Marshall se tornou

³ Visto o presidente De Gaulle ter sido o fundador da V República e, por isso, o primeiro a pôr em prática os seus princípios, é usual encontrar a divisão «era De Gaulle» e «pós De Gaulle» ou ainda «legado» ou «herança» para designar os mandatos dos seus sucessores. Contudo, deve ser feita uma ressalva para o facto da «era pós De Gaulle» designar para a maioria dos autores os mandatos de Pompidou e de Giscard D'Estaing (Bozo, 1997; Chevallier, Carcassonne e Duhamel, 2009; outros, como Daloz (2004), incluem o período que vai até ao fim da Guerra Fria. No entanto, sem ignorar as consequências geopolíticas e geoestratégicas do fim da bipolaridade, a autora segue esta divisão para os presidentes que sucederam a De Gaulle visto que os preceitos gaullistas irão manter-se apesar da mudança de estilo inerente a diferentes personalidades e outros factores internos e externos.

⁴ As principais responsabilidades foram atribuídas ao MNE e ao Presidente do Conselho, enquanto o Presidente da República pode influenciar a política e o Parlamento decide as suas grandes orientações (Bozo, 1997: 9).